

Heterogeneidade no Setor Iriformal: Um Estudo de Microunidades Produtivas em Aracaju e Teresina

RENATO DUARTE

Resumo

O estudo analisa o setor informal, a partir da ótica das microunidades de produção, e detalha, com base em informações procedentes de um estudo de campo em duas cidades nordestinas de porte médio, as características dessas formas de organização da produção entre e intra cinco setores econômicos: indústria, comércio, serviços, transportes e construção. A pesquisa demonstra que existe uma grande heterogeneidade entre e intra-setores no que se refere ao número médio de trabalhadores empregados, à jornada semanal de trabalho, ao faturamento médio mensal, à política de fixação de preços, entre outras. Além disso, os resultados apontam a importância do setor informal como estratégia de sobrevivência em períodos de crise econômica e que o tamanho médio da microunidade informal guarda proporcionalidade com o tamanho da economia urbana.

Palavras-chave: setor informal, heterogeneidade da estrutura produtiva, microunidades produtivas, cidades de porte médio, economia urbana.

Abstract

This work analyses the informal sector from the perspective of the production microunits. Based on information drawn from field research carried out in two middle-sized towns in Northeastern Brazil, it presents the characteristics of those forms of production organization, inter- and intra-sectors, for five economic sectors: industry, commerce, services, transport and construction. The research reveals a marked heterogeneity inter- and intra-sectors regarding, among other aspects, the average number of workers employed, the working week, the average monthly revenues and the pricing policy. Additionally, the results point to the importance of the informal sector as a survival strategy during economic crises, and underlines the fact that the average size of the informal microunits is proportional to the size of the urban economy.

Key words: informal sector, heterogeneity of production structure, production microunits, middle-sized towns, urban economy.

O autor é PhD em Economia, professor da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco.

que não necessariamente excludentes – tais como o desemprego, a baixa renda nas áreas de origem, as expectativas de melhoria de vida, a existência de parentes/amigos nos locais de destino e, sendo improvável que nas circunstâncias presentes de muitos países a tendência possa a vir a ser revertida, torna-se cada vez mais necessário o aprofundamento da análise da discussão do papel que as cidades de porte médio podem desempenhar para a redução da concentração populacional nas regiões metropolitanas. Em segundo lugar porque, se se levar em conta os problemas que os países subdesenvolvidos enfrentam para criar emprego e renda nas áreas urbanas – e que decorrem, em síntese, de baixa capacidade de acumulação de capital e da dificuldade de se criar tecnologias apropriadas à dotação de fatores –, a implementação de medidas, com vistas à transformação de cidades médias em destino final de grandes contingentes de migrantes, terá que considerar as políticas de apoio ao setor informal nesse elenco de medidas (UNCRD/DSE, 1985, p. 8). Ou seja: não obstante os baixos níveis de produtividade normalmente identificados nas atividades informais, o dilema de se criar ocupações a custos relativamente baixos leva a que sejam consideradas possibilidades de estímulo ao surgimento e de apoio ao funcionamento de microunidades de produção ou a ocupações por conta própria que se mostrem economicamente viáveis dentro das limitações impostas pela sua natureza informal e que propiciem rendimentos àqueles que delas se ocupem. Terceiro, porque as cidades médias, por sua localização normalmente próximas a zonas de produção agropecuária, podem favorecer o surgimento de pequenas unidades produtivas transformadoras de matérias-primas⁽³⁾. Naturalmente as cidades médias, pelo seu próprio tamanho, não possuem mercado consumidor que viabilize um expressivo núcleo de unidades informais de produção (ANDRADE, 1982, p. 241). No entanto, a vantagem da localização próxima às fontes de matérias-primas, associada a outros aspectos positivos – como seria o caso da facilidade de criação de cooperativas de trabalhadores informais – poderiam contrabalançar a desvantagem decorrente da exigüidade do mercado consumidor. Ainda a esse respeito, deve-se considerar que a menor dispersão das unidades produtivas – dadas as distâncias mais curtas dentro dos perímetros das cidades médias – não apenas podem favorecer o associativismo, como podem, também, facilitar a implementação de políticas de apoio às atividades informais.

1. Metodologia

O estudo baseia-se em dados colhidos através de pesquisa de campo realizada durante o mês de outubro de 1984, sob o patrocínio da Financiadora

(3) Uma maior integração das economias rural e urbana com vistas à contenção dos fluxos migratórios foi proposta pelo II PND (1975, p. 156).

de Estudos e Projetos (FINEP). Para a coleta de dados, as atividades econômicas das duas cidades foram reunidas em cinco subsetores: indústria, comércio, serviços, construção civil e transportes. O critério adotado para a classificação da unidade produtiva como informal foi o do tamanho, identificado a partir do número de pessoas nela trabalhando, tendo sido incluídas na amostra somente as empresas que empregassem no máximo cinco pessoas, inclusive o proprietário. Para o dimensionamento da amostra, estimou-se o tamanho do setor informal das duas cidades como correspondendo a 40% da PEA urbana⁽⁴⁾, calculando-se, a partir daí, uma amostra de 335 questionários para Aracaju e 415 para Teresina. A distribuição dos questionários pelos subsetores procurou acompanhar os percentuais de participação da população de 10 anos ou mais ocupada nas duas cidades, em 1980. A tabela 1 reproduz a distribuição da amostra por subsetores.

2. Características das Unidades Produtivas

2.1. Idade e Tamanho

As unidades produtivas estudadas eram bastante jovens, como se pode observar na tabela 2. Na realidade, a grande maioria delas tinha menos de 15

TABELA 1

ARACAJU E TERESINA: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SUBSETORES

Subsetores	Indústria		Comércio		Serviços		Transportes		Construção		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Aracaju	86	25,7	80	23,9	117	34,8	28	8,4	24	7,2	335	100,0
Teresina	125	30,3	104	25,2	139	33,7	24	5,8	21	5,0	415	100,0
Total	211	-	184	-	256	-	52	-	45	-	748	-

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ – outubro 1984.

(4) Várias pesquisas situam o contingente de trabalhadores informais em áreas urbanas do Nordeste em torno desse percentual. Ver, a propósito, CAVALCANTI & DUARTE (1980a p. 38-39 e 1980b); G. NETO (1982, p. 468-469).

TABELA 2

ARACAJU E TERESINA: ÉPOCA DE INSTALAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA
(Percentagens)

Período	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Até 1960	1,3	1,8	2,5	8,6	8,3	4,3	1,0	6,3	4,2	6,7
1961 - 65	13,2	3,6	3,8	4,3	-	6,8	-	3,6	-	20,0
1966 - 70	7,9	5,4	3,8	21,7	16,7	7,7	4,0	8,2	4,2	6,7
1971 - 75	15,8	8,9	19,0	17,4	41,7	14,5	10,0	17,3	25,0	6,7
1976 - 80	19,7	21,4	13,9	21,7	8,3	37,6	30,0	29,1	37,5	40,0
1981 - 84	42,1	58,9	57,0	26,1	25,0	29,1	55,0	35,5	29,2	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(76)	(56)	(79)	(23)	(12)	(117)	(100)	(110)	(24)	(15)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

anos de existência quando a pesquisa foi realizada. Particularmente jovens eram as unidades comerciais, das quais mais de dois terços, nas duas cidades, haviam sido estabelecidas há menos de 10 anos. Também recentes eram as microempresas industriais e de prestação de serviços. De um modo geral, as unidades produtivas pesquisadas em Teresina eram mais recentes do que as estudadas em Aracaju. A juventude das microempresas estudadas pode encontrar explicação em dois fenômenos, um de natureza estrutural e outro de ordem conjuntural. O primeiro estaria relacionado com o que se poderia chamar de alta taxa de recriação de unidades produtivas informais por parte de um mesmo trabalhador. Ocorria que, pela frágil capacidade de sobrevivência de muitas unidades produtivas – e diante da relativa facilidade de acesso, característica do setor informal –, haveria uma certa migração interna pela qual um trabalhador passaria de uma atividade para outra⁽⁵⁾. Esse fenômeno pode ser explicado, também, pela tendência que demonstram os trabalhadores de baixa renda de buscarem se estabelecer por conta própria. A explicação de natureza conjuntural pode ser encontrada no fato de ter aumentado consideravelmente o trabalho por conta própria no Nordeste durante o período recessivo de 1981-83, em decorrência do aumento do desemprego⁽⁶⁾. Vale chamar a atenção, ainda, para os percentuais contidos na tabela 2, verificando-se que mais da metade das microunidades comerciais nas duas cidades (57,0% das unidades prestadoras de serviços em Aracaju) e pouco mais de 40% das microindústrias daquela cidade foram criadas no período 1981-84. É interessante verificar ainda que, não obstante as unidades produtivas informais pesquisadas em Teresina serem mais jovens – no sentido de que eram maiores, ali, os percentuais das que haviam sido criadas há menos de 10 anos –, foi na conjuntura recessiva do início da presente década que surgiu o maior número de unidades produtivas comerciais, de serviços e industriais dentre aquelas incluídas nas amostras das duas cidades.

As unidades produtivas estudadas começaram muito pequenas, se se considera que eram os seguintes os percentuais das que iniciaram com apenas um trabalhador: em Aracaju, 61,0% das unidades industriais; 60,6% das comerciais; 81,3% das prestadoras de serviços; 100,0% das de transportes; e 100,0% das de construção; em Teresina, 64,9% das industriais; 62,8% das comerciais; 72,9% das de serviços; 75,0% das de transportes; e 100,0% das de construção. Deduz-se desses percentuais que as unidades produtivas que inicialmente ocupavam mais de uma pessoa eram as industriais e as comerciais.

Um fato comum entre as organizações produtivas informais é o de serem as poupanças próprias dos microempresários a principal – quando não a única

(5) Essa questão é discutida por SOUZA & ARAÚJO (1983, p. 49-50).

(6) Para maiores detalhes sobre o assunto, consultar JATOBÁ (1985, p. 536-538).

– fonte de financiamento para a implantação da unidade produtiva⁽⁷⁾. Foram os seguintes os percentuais de microempresários ou trabalhadores autônomos que recorreram às suas próprias poupanças para fazerem face ao investimento inicial dos seus negócios: em Aracaju, 90,0% na indústria; 85,7% no comércio; 86,6% nos serviços; 100,0% nos transportes; e 100,0% na construção; em Teresina, 78,1% na indústria; 79,4% no comércio; 85,1% nos serviços; 100,0% nos transportes; e 100,0% na construção. As demais fontes de financiamento que tiveram alguma significação, em termos percentuais, foram os empréstimos de parentes ou amigos, as indenizações, as doações ou heranças, os empréstimos de entidades públicas, cabendo registrar o fato de uma microindústria em Aracaju e três em Teresina, assim como uma unidade prestadora de serviços nesta última terem recebido apoio financeiro do CEAG. A constatação de que os microempresários e os trabalhadores autônomos entrevistados nas duas cidades contaram basicamente com os seus próprios recursos para o início do seu negócio não somente confirma o que se sabe acerca das dificuldades com que se defrontam os trabalhadores oriundos das camadas de renda mais baixas para terem acesso às fontes de financiamento freqüentemente acessíveis às pessoas situadas nos estratos mais altos, como também sugere o quanto deve ser difícil para essas microorganizações nascerem, crescerem e sobreviverem em condições de adversidades financeira.

2.2. Localização e Origem dos Equipamentos

Uma das formas de identificação do tamanho das unidades produtivas é através da quantificação do número de pessoas que elas ocupam. A tabela 3 mostra que a média de trabalhadores permanentes (inclusive os proprietários) e temporários das organizações produtivas pesquisadas era muito baixa, sendo de 1,3 pessoas em Aracaju e de 1,4 em Teresina. Esses quocientes tão baixos certamente são influenciados pelos reduzidos números médios de trabalhadores nas microindústrias, de modo particular, mas também pelas baixas médias nas atividades comerciais e de prestação de serviços. A comparação dos números contidos na tabela 3 com as médias de trabalhadores, por setor, encontrados em Salvador e Fortaleza em pesquisa realizada em 1978, permite que se levante a hipótese da existência de correlação entre a extensão e o grau de diversificação da economia urbana e o tamanho das unidades produtivas informais. Essa hipótese encontraria respaldo explicativo nas diferenças existentes entre as cidades grandes e médias no tocante à magnitude dos mercados consumidores locais, à extensão da área de influência da economia urbana e

(7) Ver, por exemplo, FUNDAJ/INPSO/ECONO (1986, p. 87-91).

TABELA 3

ARACAJU E TERESINA: NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES
POR UNIDADE PRODUTIVA, POR SETORES

Setores	Aracaju	Teresina
Indústria	1,7	1,8
Comércio	1,3	1,3
Serviços	1,2	1,3
Transporte	1,1	1,0
Construção	1,2	1,0
Total	1,3	1,4

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ – outubro 1984.

ao grau de integração entre as empresas formais e informais. O número médio de trabalhadores encontrado nas organizações informais pesquisadas em Salvador e Fortaleza era de 2,1 – em comparação com as médias de 1,3 em Aracaju e 1,4 em Teresina. Nas microindústrias, os números mostraram-se bastante diferenciados: 4,5 em Salvador e 3,4 em Fortaleza, contra 1,7 em Aracaju e 1,8 em Teresina; nos serviços (2,3 em Salvador e 2,0 em Fortaleza) e no comércio (2,1 nas duas capitais) as médias também eram superiores nas capitais da Bahia e do Ceará relativamente a Aracaju e Teresina⁽⁸⁾.

A localização das unidades produtivas reflete a sua diversidade intersetorial. O local de instalação do ponto é mostrado na tabela 4, onde se observa, desde logo, os percentuais elevados – em Teresina mais do que em Aracaju – de microindústrias que estavam instaladas em imóveis residenciais, seguidos dos percentuais expressivos – mais em Aracaju do que em Teresina – de microindústrias que funcionavam em imóvel não-residencial e dos percentuais não desprezíveis das que se localizavam em fundos de quintal e fora das residências. As atividades de marceneiro, costureira, sapateiro, fabricação de roupas, doceira, carpinteiro, crocheteira, fabricação de brinquedos, de sorvete e bordadeira, correspondentes a 50% de amostra da microindústria em Teresina, podem ser realizadas nos imóveis residenciais. Em Aracaju, além das atividades que podem ser executadas na própria residência (costureira, carpinteiro,

(8) Ver, a propósito, CAVALCANTI & DUARTE (1980b, p. 86 e 1980a, p.3).

TABELA 4

ARACAJU E TERESINA: LOCALIZAÇÃO DO PONTO DAS UNIDADES PRODUTIVAS
(Percentagens)

Forma de Localização	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Imóvel										
Residencial	41,2	21,4	46,4	-	100,0	60,5	21,8	32,3	-	100,0
Imóvel										
Não-Residencial	32,5	21,4	27,4	-	-	18,4	29,9	40,6	-	-
Junto com										
Outro Negócio	3,8	7,1	2,7	-	-	1,8	-	2,1	-	-
Fundo de Quintal	10,0	2,9	2,7	-	-	8,8	2,3	6,3	-	-
Fora da										
Residência	6,3	4,3	4,1	-	-	6,1	21,8	8,3	25,0	-
Vias Públicas	2,5	18,6	9,6	100,0	-	0,9	12,6	8,3	75,0	-
Mercado Público	2,5	22,9	6,8	-	-	-	9,2	-	-	-
Terreno Invadido	-	-	-	-	-	3,5	2,3	2,1	-	-
Outro	1,3	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(80)	(70)	(73)	(6)	(4)	(114)	(87)	(96)	(7)	(2)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

marceneiro, artesão de palha e madeira), outros que tiveram expressão quantitativa devem, por sua própria natureza, localizar-se fora da residência: são os casos das olarias, dos protéticos, das padarias, dos ladrilheiros⁽⁹⁾. Dentre as atividades comerciais, além da semelhança com as microindústrias quanto à localização, destacavam-se como locais do ponto, as vias públicas e os mercados públicos, tipos de localização essas consistentes com as atividades comerciais. Quanto às ocupações de prestação de serviços, vale o registro para o percentual maior, em Aracaju, das que funcionavam em imóvel residencial⁽¹⁰⁾, em contraste com as que se localizavam em imóvel não-residencial, em Teresina. Nas unidades produtivas industriais os imóveis eram predominantemente próprios (58,8% em Aracaju e 59,3% em Teresina), alugados (16,3% e 31,0%) ou cedidos (12,5% e 3,5%); as organizações comerciais também eram próprias (45,1% e 44,7%), alugadas (21,1% e 28,2%) ou cedidas (31,0% e 20,0%); entre as organizações prestadoras de serviços eram maiores os percentuais das que funcionavam em imóveis alugados (40,3% e 52,7%), próprios (37,5% e 27,5%) ou cedidos (15,3% e 14,3%). As razões apontadas mais freqüentemente pelos entrevistados para a escolha do ponto foram: fácil acesso para o cliente; facilidade para a obtenção do ponto; não pagamento de aluguel; proximidade da clientela; proximidade da sua residência. São, aliás, razões bastante coerentes com a natureza informal das atividades.

De um modo geral, os equipamentos utilizados nas unidades produtivas (tabela 5) foram adquiridos de terceiros – que os fabricaram ou os revenderam – ou de empresas estabelecidas. A tabela 5 chama a atenção, de pronto, para os grandes percentuais de unidades produtivas no setor de transportes que compraram os equipamentos de terceiros, o que é explicável se se tem em mente que os veículos utilizados por trabalhadores informais nos serviços de transporte são carroças ou caminhões, caminhonetes ou kombis, normalmente de segunda mão. Mais da metade das unidades produtivas ligadas à construção, dentre as pesquisadas nas duas cidades, também adquiriram os equipamentos de terceiros. As microindústrias apresentaram considerável vinculação com empresas de maior porte para fornecimento de equipamentos. Essas constatações reforçam as idéias acerca da articulação entre os setores formal e informal, em que este se subordina àquele, seja na compra de equipamento e insumos, seja produzindo para ele, seja ocupando espaços econômicos por ele concedidos.

(9) As listagens completas das ocupações registradas nos cinco subsetores, nas duas cidades, encontram-se em DUARTE (1988, tab. 5.1 a 5.7).

(10) Isso torna-se compreensível se se consideram as principais atividades de prestação de serviços incluídas na amostra de Aracaju: cabeleleira, sapateiro, capoteiro, fotógrafo, faxineira, jardineiro, manicure, professor particular, técnico de rádio-TV.

TABELA 5

ARACAJU E TERESINA: FORMAS DE AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO UTILIZADO NAS UNIDADES PRODUTIVAS
(Percentagens)

Formas de Aquisição	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Fabricação Própria	8,1	6,4	3,5	3,7	-	4,0	7,8	0,7	-	-
Compra de Terceiros	38,4	28,2	34,8	81,5	31,8	23,4	30,1	30,6	95,8	9,5
Compra de Empresas	44,2	21,8	37,4	7,4	54,5	66,1	36,8	51,5	4,2	57,1
Doação	3,5	-	4,3	3,7	-	1,6	1,9	0,7	-	4,8
Não Possui	5,8	43,6	20,0	3,7	13,6	4,8	23,3	15,7	-	28,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(86)	(78)	(115)	(27)	(22)	(124)	(103)	(134)	(24)	(21)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

2.3. Jornada de Trabalho

Como se vê na tabela 6, a jornada diária de trabalho apresentava-se bastante variada tanto na comparação entre os setores quanto no confronto entre as unidades produtivas das duas cidades. Algumas das constatações decorrentes da tabela 6 são: a) as atividades de construção e as industriais, nas duas cidades, eram as que mais se enquadravam na jornada de 8 horas de trabalho; b) as atividades comerciais eram as que apresentavam expedientes de trabalho mais elásticos, o que se explica pela própria natureza do comércio informal; c) apesar de exibir uma razoável elasticidade de horários, as atividades de prestação de serviços apresentavam percentuais de quase 50,0% de unidades produtivas com jornada de trabalho de 8 horas, o que provavelmente se explica pela possibilidade de os trabalhadores autônomos definirem a extensão dos seus expedientes de trabalho; d) as atividades de transportes tinham jornadas mais extensas em Teresina do que em Aracaju. A tabela 7 complementa a anterior, pois revela a jornada semanal de trabalho se se agrega o número de horas ao número de dias de trabalho. Mesmo que se considere que nos setores da construção, no industrial, no de serviços (e no de transportes em Aracaju) prevaleça a jornada de 8 horas diárias de trabalho, os 6 ou 7 dias de atividade semanal tornam o labor, para os que trabalham na maior parte das unidades produtivas estudadas, um exercício deveras pesado. A tabela 7 mostra ainda que: a) a maioria das atividades de construção tinha jornadas de 6 dias de trabalho; b) cerca de dois terços das organizações comerciais nas duas cidades e das de transportes em Aracaju trabalhavam durante os 7 dias da semana. Isso mostra, ao se comparar esses dados com aqueles da tabela 6, que as atividades comerciais eram as que enfrentavam jornadas semanais de trabalho mais extensas, o que de resto não surpreende se se observa o número de horas em que as barracas, as quitandas e as bodegas permanecem abertas ao público e também a duração do movimento dos camelôs nas ruas das cidades nordestinas; com relação aos transportes, é interessante observar que enquanto as unidades produtivas desse setor trabalhavam mais dias em Aracaju do que em Teresina, o número de horas de atividade era menor naquela do que nesta, o que permite concluir que havia uma equiparação na jornada semanal de trabalho nas duas cidades, nesse setor.

2.4. Faturamento Mensal

Conquanto o faturamento (ou rendimento) mensal dos entrevistados não fosse elevado, pode-se observar na tabela 8 que a grande maioria deles tinha

TABELA 6
ARACAJU E TERESINA: HORAS DIÁRIAS DE TRABALHO NAS UNIDADES PRODUTIVAS
 (Percentagens)

Horas Diárias	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Menos de 6	7,9	6,3	13,9	7,1	-	7,2	12,7	3,0	-	-
6	3,2	9,4	1,3	7,1	-	4,8	4,9	5,8	-	5,3
7	6,3	4,7	6,3	-	-	1,6	1,0	-	-	5,3
8	52,4	29,7	48,1	57,1	77,8	60,0	21,6	47,1	8,2	73,7
9	4,8	6,3	2,5	7,1	11,1	2,4	2,0	4,8	16,7	5,3
10	14,3	15,6	13,9	14,3	5,6	10,4	13,7	19,2	41,7	10,5
11	1,6	-	1,3	-	-	1,6	2,0	2,9	-	-
12	4,8	12,5	10,1	-	-	7,2	16,7	11,5	16,7	-
Mais de 12	4,8	15,7	2,5	7,1	5,6	4,8	26,5	5,2	16,7	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(63)	(64)	(79)	(14)	(18)	(125)	(103)	(104)	(12)	(19)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

TABELA 7
ARACAJU E TERESINA: DIAS DE TRABALHO NAS UNIDADES PRODUTIVAS
 (Percentagens)

Dias de Trabalho	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Menos de 4	3,2	-	1,2	-	-	3,6	1,1	1,0	-	-
4	3,1	3,1	1,2	-	-	1,2	-	3,8	-	-
5	9,4	4,7	19,8	-	-	7,1	3,3	9,6	8,3	15,8
6	50,0	28,1	44,4	35,7	88,9	52,2	32,6	56,7	65,0	84,2
7	34,4	64,1	33,3	64,3	11,1	35,9	63,0	28,8	26,7	-
Total	100,0 (64)	100,0 (64)	100,0 (81)	100,0 (14)	100,0 (18)	100,0 (85)	100,0 (92)	100,0 (104)	100,0 (12)	100,0 (19)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

ganhos mensais superiores a um salário mínimo⁽¹¹⁾, acima, portanto, dos rendimentos de grande parte dos trabalhadores urbanos do Nordeste⁽¹²⁾. A tabela mostra ainda que era entre as microempresas comerciais e industriais onde se encontravam os maiores níveis de faturamento mensal. Em Aracaju, as unidades comerciais que tinham faturamento mensal superior a quatro salários mínimos correspondiam a 42,1% do total do subsetor; as que faturavam mais de sete salários mínimos representavam 32,3%. Em Teresina, as microempresas comerciais nos dois níveis de faturamento correspondiam, respectivamente, a 46,4% e 41,6%. Os percentuais relativos às microindústrias nas duas cidades eram de 30,1% e 20,5%, em Aracaju e 40,0% e 34,4%, em Teresina. Os dados contidos na tabela 8 mostram que havia uma expressiva heterogeneidade inter e intra-setorial em termos de faturamento das microunidades produtivas. Nos outros setores era nítida a concentração dos rendimentos nos intervalos entre meio e quatro salários mínimos. Esses rendimentos referem-se aos ganhos mensais, não da média dos trabalhadores das unidades produtivas pesquisadas, mas sim dos entrevistados pela pesquisa, que eram os proprietários ou seus representantes. Em Aracaju, 41,0% das unidades produtivas industriais, 58,2% das comerciais, 20,9% das de serviços, 34,6% das de transportes e 27,3% das de construção pagavam impostos; em Teresina, os percentuais eram, respectivamente, de 26,4%, 35,0%, 10,5%, 12,5%, e 0,0%. Os percentuais mais elevados de unidades produtivas comerciais certamente decorrem da própria natureza desses tipos de negócios, onde a fiscalização se torna mais fácil para os órgãos arrecadadores, ou seja: o ponto fixo ou os letreiros tornam muitas daquelas organizações produtivas mais visíveis do que as que não têm essas características. No mais, resta a constatação da diferença entre as unidades produtivas pesquisadas nas duas cidades no tocante ao pagamento de impostos, sendo consideravelmente inferiores os percentuais de Teresina em comparação com os de Aracaju. A razão para esse fenômeno provavelmente encontra-se no fato de serem maiores os percentuais de microempresas, em Aracaju, que tinham algum tipo de registro em entidades da administração pública – CGC, INPS, Prefeitura, Junta Comercial, Inscrição Estadual etc. Eram os seguintes os percentuais de microunidades que tinham algum tipo de registro, em Aracaju: 40,7% na indústria, 55,0% no comércio, 27,0% nos serviços, 34,6% nos transportes e 50,0% na construção; em Teresina os percentuais eram: 17,6%, 29,1%, 15,8%, 29,2%, 9,5%. Os percentuais de respostas afirmativas sobre pagamentos de impostos e sobre registro da unidade produtiva

(11) O valor do salário mínimo vigente à época da pesquisa era de Cr\$ 97.176,00.

(12) De acordo com a PNAD, 38,2% da PEA urbana do Nordeste, em 1984, tinham rendimento de até 1 salário mínimo. Fundação IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1984*. V. 8, Tomo 1, p. 120.

TABELA 8
ARACAJU E TERESINA: RENDIMENTO MENSAL DOS ENTREVISTADOS, EM SALÁRIOS MÍNIMOS
 (Percentagens)

Salário Mínimo	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Até 1/2	9,6	2,8	4,6	-	4,3	4,0	2,9	6,5	4,2	-
1/2-11	7,2	14,1	13,0	15,4	4,3	12,0	5,8	20,9	12,5	-
1-12	12,0	11,3	34,3	38,5	39,1	17,6	12,6	27,3	19,7	38,1
2-13	14,6	11,3	15,7	15,4	34,8	9,6	14,6	10,1	13,3	38,1
3-14	15,7	8,5	14,8	15,4	8,7	6,4	10,7	13,7	4,2	19,0
4-15	8,4	8,5	3,7	-	-	10,4	5,8	3,6	8,3	-
5-16	3,6	7,0	2,8	11,5	-	3,2	2,9	3,6	4,2	4,8
6-17	6,0	2,8	2,8	-	-	2,4	1,9	3,6	12,5	-
Mais de 7	20,5	32,3	6,5	3,8	8,7	34,4	41,6	10,8	21,1	-
Sem faturamento	2,4	1,4	1,8	-	4,3	-	1,0	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(86)	(80)	(117)	(28)	(24)	(125)	(104)	(139)	(24)	(21)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

mostravam-se coerentes entre si; restaria indagar por que em Teresina a situação diferia tanto da de Aracaju: seria resultado de uma política de tolerância por parte da administração pública com relação à chamada economia subterrânea, ou simplesmente decorrência de ineficácia do aparato fiscal?

3.5. Áreas de Mercado e Políticas de Preços

A tabela 9 mostra quão limitada é a área de mercado das unidades produtivas pesquisadas, o que de resto não surpreende, por se tratar de organizações de tamanho muito pequeno, sem escalas de produção e sem condições de usufruírem das economias externas acessíveis a empresas de portes médio ou grande. A tabela 9 revela que as atividades comerciais eram as mais restritas ao próprio bairro, o que se explica pela circunstância limitativa da venda de mercadorias por barracas, vendas, quitandas, bodegas, bares e farmácias, por exemplo. De um modo geral, no entanto, prevalecia toda a cidade como a área de mercado das unidades produtivas pesquisadas, o que se explica pelo próprio tamanho médio de Aracaju e Teresina. A comparação dos percentuais da tabela 9 com os do quadro 3.19 da pesquisa realizada em Fortaleza mostra que nesta eram maiores os percentuais de unidades produtivas cujas mercadorias e serviços ultrapassavam as fronteiras da própria cidade (CAVALCANTI & DUARTE, 1980a, p. 110), permitindo, assim, que se volte a conjecturar acerca da correlação entre o porte das cidades e o tamanho das unidades produtivas informais.

Os procedimentos utilizados para a fixação dos preços dos bens e serviços eram praticamente iguais entre as organizações de um mesmo setor nas duas cidades. Na microindústria, predominava a quantificação dos custos de produção (47,1% das respostas em Aracaju e 68,5% em Teresina), seguida da avaliação pessoal do empresário (25,9% e 14,5%) e da comparação com os preços de outras unidades produtivas (23,5% e 13,7%). No comércio, a mensuração de custos (53,2% e 61,4%) era seguida da comparação com os preços de concorrentes (24,1% e 15,8%). Nos serviços, à avaliação pessoal (26,2% e 34,1%) seguiam-se o cálculo dos custos (21,4% e 34,1%) e a comparação com os preços de outras organizações (16,2% e 24,6%). Nos transportes, a comparação com os preços cobrados pelos competidores (30,8% e 37,5%) era seguida, em importância relativa, pela avaliação pessoal (26,9% e 29,2%) e pela avaliação de custos (19,2% e 25,0%).

Foi feita referência, anteriormente, à alta rotatividade das unidades informais de produção. Procurou-se, na pesquisa realizada em Aracaju e Teresina, identificar esse fenômeno, indagando dos entrevistados sobre as empresas do seu ramo, de tamanho aproximado da sua, que tivessem desaparecido ou sur-

TABELA 9
ARACAJU E TERESINA: ÁREA DE MERCADO DAS UNIDADES PRODUTIVAS
 (Percentagens)

Área de Mercado	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Mesmo Bairro	40,5	51,3	39,1	14,3	30,4	24,0	54,4	37,0	29,2	14,3
Bairros Adjacentes	10,7	6,3	13,0	14,3	13,0	0,8	6,8	6,5	12,5	-
Toda a Cidade	45,2	40,0	46,1	64,3	52,2	69,6	38,8	56,5	58,3	85,7
Outras Cidades	1,2	1,3	1,7	7,1	4,3	4,0	-	-	-	-
Outros Estados	2,4	1,3	-	-	-	1,6	-	-	-	-
Total	100,0 (84)	100,0 (80)	100,0 (115)	100,0 (28)	100,0 (23)	100,0 (125)	100,0 (104)	100,0 (138)	100,0 (24)	100,0 (21)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

gido nos cinco anos anteriores à época de realização do trabalho de campo. De acordo com as informações dos entrevistados, a natalidade superou a mortalidade nos subsetores de comércio e serviços, o contrário tendo ocorrido com relação às microunidades industriais, de transporte e de construção. O quinquênio considerado foi marcado não somente pela recessão de 1981-83, mas também, na região Nordeste, pela grande seca de 1979-83. Nessas circunstâncias, torna-se compreensível o desaparecimento e a criação de novas unidades produtivas. O trabalho autônomo característico da atividade de prestação de serviços e o pequeno comércio parecem ser, em situações como essa, as opções para aqueles que, não dispondo de grandes volumes de recursos financeiros e técnicos, procuram um meio de subsistência. Em uma conjuntura recessiva, o pequeno comércio e as atividades de prestação de serviços surgem como alternativas para os trabalhadores desempregados que possam fazer uso dos recursos financeiros correspondentes à indenização e ao FGTS ou para aqueles que tenham habilitação em algum tipo de serviço; em época de seca, o comércio ambulante parece ser a ocupação de mais fácil acesso para os imigrantes provenientes das zonas rurais ou dos pequenos núcleos urbanos do Sertão.

Uma informação interessante para o estudo da heterogeneidade no setor informal é aquela referente à disposição do microempresário de permanecer no seu ramo de atividade. Os percentuais de respostas afirmativas foram os seguintes: em Aracaju, indústria (74,7%), comércio (76,1%), transportes (65,4%), serviços (61,7%), construção (63,6%); em Teresina, indústria (84,0%), comércio (77,7%), transportes (70,8%), serviços (74,8%), construção (81,1%). Chama a atenção, de imediato, nesses percentuais, o fato de eles serem mais elevados em Teresina, nos cinco subsetores, do que em Aracaju, o que revela um maior índice de satisfação com os seus negócios por parte dos microempresários da capital piauiense. Outra constatação decorrente daqueles percentuais é a de que os microempresários da indústria e do comércio nas duas cidades (e da construção em Teresina) eram os que estavam mais satisfeitos com as suas atividades, o que, aliás, pode-se verificar na tabela 10.

Os dados contidos na tabela são muito sugestivos, por revelarem que os microempresários da indústria nas duas cidades (e do comércio em Teresina) apontaram a rentabilidade como a principal razão para a sua disposição de continuar com o negócio. Considerando as respostas de cunho positivo, as microunidades industriais, de comércio e de serviços, nas duas cidades, eram as que demonstravam mais estabilidade, a julgar pelo nível de satisfação dos seus proprietários. Inversamente, os microempresários dedicados às atividades de transporte e construção eram os que demonstravam maior insatisfação com as suas atividades revelando, inclusive, que a sua permanência no ramo era devida à falta de opção. Se se considera a natureza dessas atividades – trans-

TABELA 10
ARACAJU E TERESINA: MOTIVOS DA PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE
 (Percentagens)

Área de Mercado	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Boa Rentabilidade	35,6	26,0	16,7	5,9	28,6	47,6	35,0	22,1	5,9	29,4
Proximidade da Residência	8,1	11,0	7,6	-	-	7,6	15,0	7,7	-	-
Perspectivas de Melhoria	14,5	1,9	10,6	5,9	-	16,2	10,0	14,4	5,9	23,5
Não Paga Aluguel	4,8	7,3	3,0	-	-	11,4	13,8	5,8	-	-
Facilidade de Matéria-prima	3,2	1,9	1,5	5,9	-	1,9	1,3	-	5,9	-
Boa Clientela	-	9,3	10,6	5,9	-	3,8	7,5	13,4	11,8	5,9
Conhece o Ramo	9,7	1,9	12,2	5,9	21,4	1,9	2,5	7,7	5,9	-
Conhece o Mercado	4,8	7,3	3,0	5,9	7,1	1,0	3,8	2,9	11,8	5,9
Gosta da Profissão	3,2	1,9	1,5	5,9	-	2,9	1,3	1,0	-	-
Falta Opção	16,1	31,5	33,3	58,8	42,9	5,7	8,8	25,0	52,8	35,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	(62)	(54)	(66)	(17)	(14)	(105)	(80)	(104)	(17)	(17)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

porte de passageiros em táxi e kombi e de mercadorias em caminhões, camionetes e carroças, e os serviços de pedreiro e de pintor de parede –, percebe-se que em uma conjuntura recessiva tende a haver uma retração na demanda por esses serviços. Vale chamar atenção, ainda a respeito da tabela 10, para a importância da localização – proximidade da residência e o fato de não haver pagamento de aluguel – para a disposição dos pequenos comerciantes de permanecerem no ramo.

2.6. Reivindicações dos Entrevistados

Informações de grande relevância para a elaboração de políticas de apoio ao setor informal estão listados na tabela 11. São sugestões feitas pelos entrevistados, exatamente aqueles que vivenciam os problemas enfrentados pelas unidades produtivas. Como se vê na tabela 11, as sugestões, além de serem variadas, mostram-se bastante concretas. Elas podem ser sintetizadas nas seguintes reivindicações: criação de meios para tornar mais fácil o acesso ao crédito; apoio para realocação da microempresa; criação de leis de defesa da unidade produtiva contra a concorrência desleal e contra os abusos fiscais e burocráticos; eliminação de exigências legais de funcionamento; criação de mecanismos de intermediação entre as unidades produtivas e a clientela; intermediação para a subcontratação por parte de empresas maiores. Como se vê, são sugestões típicas de organizações produtivas vulneráveis, que se encontram à margem da economia organizada e que enfrentam problemas bastante diferentes daqueles com que se defrontam as chamadas empresas formais.

Conclusões

De início, acredita-se que este trabalho teve o mérito de comprovar empiricamente algumas idéias sobre o setor informal que, conquanto fossem facilmente observáveis, nem sempre eram objeto de quantificação; além disso, o trabalho cingiu-se à investigação do funcionamento das microunidades de produção em duas cidades de porte médio, iniciativa essa que tampouco é frequente nos estudos sobre o setor informal.

No tocante ao título deste trabalho, a pesquisa demonstrou – como aliás já era largamente admitido – que existe uma grande heterogeneidade inter e intra-setorial. Ao se considerar questões tais como o número médio de trabalhadores, a jornada semanal de trabalho, o faturamento médio mensal, a organização da produção, a política de fixação de preços, a observância dos requi-

TABELA 11

ARACAJU E TERESINA: MEDIDAS DE APOIO ÀS UNIDADES PRODUTIVAS
SUGERIDAS PELOS ENTREVISTADOS
(Percentagens)

Medidas de Apoio Sugeridas	Aracaju					Teresina				
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Relocalização da Unidade Produtiva	18,9	9,2	18,8	4,2	-	30,6	37,3	34,3	-	-
Maior Facilidade de Crédito	43,2	32,3	26,7	41,7	38,1	42,7	52,0	38,0	66,7	33,3
Eliminação de Exigências para Funcionamento Assistência Técnico-contábil	8,1	30,8	8,9	20,8	4,8	1,6	2,0	1,5	-	-
Mecanismos de Intermediação entre Empresa e Clientela	1,4	3,1	2,0	-	-	0,8	-	2,2	-	-
Treinamento da Mão-de-obra	2,7	-	2,0	-	-	12,9	3,9	13,9	16,7	42,9
Eliminação de Fiscalização	2,7	-	-	-	-	2,4	-	1,5	-	4,8
	-	1,5	3,0	8,3	-	-	1,0	-	-	-

TABELA 11 (Continuação)

Medidas de Apoio Sugeridas	Aracaju				Teresina					
	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção	Indústria	Comércio	Serviços	Transportes	Construção
Informações sobre Inovações Tecnológicas	2,7	-	3,0	-	4,8	2,4	-	0,7	4,2	9,5
Informações sobre o Mercado de Concorrência	1,4	1,5	1,0	4,2	-	2,4	1,0	-	-	-
Mecanismos de Subcontração de Empresas Maiores	-	3,1	10,9	12,5	42,9	1,6	1,0	5,1	8,3	9,5
Modificação na Política Tributária	1,4	4,6	-	-	-	0,8	1,0	0,7	-	-
Leis da Defesa das Microunidades de Produção	10,8	7,7	11,9	4,2	4,8	1,6	1,0	2,2	4,2	-
Outros	5,5	4,5	7,0	4,2	4,8	-	-	-	-	-
Total	100,0 (74)	100,0 (65)	100,0 (101)	100,0 (24)	100,0 (21)	100,0 (124)	100,0 (102)	100,0 (137)	100,0 (24)	100,0 (21)

Fonte: Pesquisa Direta da FUNDAJ - outubro 1984.

sitos de legalização e funcionamento, a área de abrangência do mercado e as razões para a permanência no ramo, torna-se patente a heterogeneidade dentro de cada subsetor e entre os cinco subsetores. Era o que se poderia esperar, se se tem em mente que o setor informal, não obstante as várias caracterizações que lhe sejam dadas, abriga unidades produtivas que podem se situar nos limites da chamada economia organizada ou, no outro extremo, representar apenas alguma forma de desemprego disfarçado. O problema metodológico decorrente, por exemplo, de se considerar como sendo semelhantes, para efeito de estudo, microindústrias, trabalhadores autônomos e pequenos vendedores, caso seja contornado através da separação analítica dessas atividades, não produz avanços quanto aos tratamentos teóricos e práticos a serem dados ao setor informal; em outras palavras, o fato de se compartimentar as atividades informais pouco acrescenta à compreensão do fenômeno e pouco contribui como referencial para a formulação de políticas. A esse respeito, basta observar que as sugestões contidas na tabela 11 abrangem os cinco subsetores das duas cidades.

A pesquisa realizada em outubro de 1984 em Aracaju e Teresina permite duas constatações de ordem mais geral. A primeira diz respeito ao papel desempenhado pelo setor informal como alternativa de sobrevivência em período de crise econômica, que pode ser aferida pela natalidade e pela juventude das microunidades comerciais e de prestação de serviços encontradas nas duas cidades; a mortalidade, por outro lado, revela a outra face da questão, que é da vulnerabilidade dos pequenos negócios diante das crises econômicas. Ou seja: se o acesso é relativamente fácil – particularmente nas atividades que requerem pequenas inversões de capital, tecnologia simples e pouca qualificação profissional –, por outro lado, a capacidade de sobrevivência em fases recessivas reduz-se ainda mais. A segunda constatação, derivada da comparação entre alguns resultados da pesquisa com informações equivalentes colhidas nas pesquisas realizadas em Fortaleza e Salvador seis anos antes, sugere que o tamanho da unidade informal média guarda proporcionalidade com o tamanho da economia urbana, o que, de resto, parece lógico, se se tem em conta a diversidade do mercado das microunidades informais – empresas formais, instituições públicas, unidades familiares e consumidores individuais. Isso não impede, como é óbvio, que existam unidades informais de maior porte em cidades médias e pequenas e vice-versa.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Thompson A. Decentralization from large to small and intermediate cities: a critical view. In: MATHUR, Om Prakash (ed.), *Small cities and national development*. Nagoya (Japão), UNCRD, 1982.

- ARAÚJO, Tarcísio P. & SOUZA, Aldemir V. A heterogeneidade dos mercados de trabalho em economias subdesenvolvidas: uma discussão sobre o conceito de setor informal. In: DUARTE, Renato (org.), *Emprego e renda na economia informal da América Latina*. Recife, Massangana, 1984.
- CAVALCANTI, Clóvis. Economia oculta, pequena produção, mercado informal ou circuito inferior: tentativa de precisar um conceito para o setor informal. *Ciência e Cultura*, 39(5/6):499-504, maio/jun. 1987.
- & DUARTE, Renato. *À procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza*. Recife, SUDENE/FUNDAJ/MTb, 1980a.
- . *Setor informal de Salvador: dinheiro, natureza e significado*. Recife, SUDENE/FUNDAJ/MTb, 1980b.
- CNPU. Política urbana: programa para cidades de porte médio. Rio de Janeiro, *Planejamento e Desenvolvimento*, Ano 3, Nº 36:30-25, maio 1976.
- DUARTE, Renato. Setor informal e absorção de migrantes em cidades de porte médio: os casos de Aracaju e Teresina. *Cadernos de Estudos Sociais*, 4(1):55-83, jan./jun. 1988.
- FIBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1984*. Vol. 8, Tomo 1. Rio de Janeiro, 1985.
- FUNDAJ/INPSO/ECONO. *Investigação sobre o setor informal na RMR: os trabalhadores autônomos de baixa (oferta e demanda de pequenos serviços)*. Recife, jul. 1986.
- G. NETO, Leonardo. O emprego no nordeste: sugestões de políticas. *Revista Econômica do Nordeste*, 13(3), jul./set. 1982.
- JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o nordeste – 1981/83. *Revista Econômica do Nordeste*, 16(4):517-561, out./dez. 1985.
- MINTER. *II Plano Nacional de Desenvolvimento – 1975/79*. Recife, Programa de Ação do Governo para o Nordeste, 1975.
- SOUZA, Aldemir V. & ARAÚJO, Tarcísio P. *Apoio à microempresa: limites do possível*. Recife, SUDENE/Massangana, 1983.
- UNCRD/DSE. *The role of the informal sector in urban development*. Villa Borsig Communique, fev. 1985.

(Originais recebidos em julho de 1989).